



A Agroecologia no processo de territorialização do Quilombo de Ilha Funda *Agroecology in the territorialization process of the Quilombo of Ilha Funda*

ALMEIDA, Kayo¹; SILVA, Maria do Carmo²; MOREIRA, João Vitor de Freitas³;
TEIXEIRA, Reinaldo Landulfo Duque Brasil⁴

¹ UFJF-GV, kayo.ags@gmail.com; ² CAT e UNIVALE, mariadsilva.f@gmail.com; ³ UFMG, joaovitorfmoreira@gmail.com; ⁴ UFJF-GV, reinaldo.duque@ufff.br

RESUMO EXPANDIDO

Eixo Temático: Ancestralidade, terra e território

Resumo: É de conhecimento da literatura que as comunidades quilombolas mantêm formas diferentes de territorialidade em contraste a imposta pelos órgãos estatais. Dessa forma, o artigo investiga a experiência do Quilombo Ilha Funda, localizado no município de Periquito-MG, onde a relação da comunidade com o território é feita por meio de práticas agroecológicas que fazem parte de seus processos de territorialização. Esta pesquisa foi realizada por meio de incursões empíricas de inspiração antropológica ao quilombo, por meio do qual foi possível produzir as reflexões que serão tratadas. Por fim, demonstra-se a importância da Agroecologia na construção da memória coletiva dessa comunidade, inserida em uma articulação político-institucional na construção de estratégias de resistência aos conflitos socioambientais presentes no contexto do território do médio Rio Doce.

Palavras-chave: povos e comunidades tradicionais; etnoecologia; territorialidade; identidade; ancestralidade.

Introdução

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 imprime um novo paradigma à visão territorial do Estado brasileiro, ao reconhecer as chamadas “terras de quilombo” (O’dywer, 2008). A partir disso, o Estado assume o compromisso com as comunidades quilombolas, comprometendo-se, a proteger e reconhecer o que lhes é devido. Todavia, entre a idealidade normativa e a faticidade do real, existe uma grande distância pragmática revelada no trato estatal com essas comunidades, que tem sido desconexo e ausente em muitos momentos. Isso se deve, entre outros fatores, à dificuldade do aparelho estatal em lidar com as diferentes formas de expressão da territorialidade exercidas pelas comunidades quilombolas.

Para Little (2018, pp. 253), a “territorialidade” pode ser entendida como “o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu território”. Dessa forma, como aponta O’dwyer (2008), a relação dos quilombos com suas terras é fator fundamental no processo identitário, que se dá, por excelência, por meio de práticas de uso comum dos bens naturais, destoando da lógica “privatista” imposta pelo Estado.

Nesse sentido, as territorialidades dialogam com o conceito de memória biocultural como abordagem que contribui para a compreensão desses processos de identificação através da relação com o próprio território. Toledo e Barrera-Bassols



(2008) argumentam que a memória biocultural consiste, basicamente, na memória coletiva que dado grupo humano tem em relação com seu ambiente, sendo parte fundamental na construção de suas identidades, e uma das causas do fenômeno da “diversidade” humana.

Interessante é notar que muitas dessas relações ganham lastro de forma situadas nos mais diversos contextos locais. Em outras palavras, os processos de territorialização associam-se à memória biocultural na construção de identidades tradicionais no leste de Minas Gerais. Nesse sentido, em maio de 2019, por meio da Portaria n° 85, o Quilombo Ilha Funda, localizada no município de Periquito, foi reconhecida formalmente como comunidade quilombola pela Fundação Cultural Palmares (FCP) e, logo em seguida, solicitou o processo de regularização fundiária no INCRA. Porém, até os dias atuais, a terra do quilombo ainda não foi demarcada como garantida na Constituição, embora o fenômeno da territorialidade esteja fortalecido por estratégias políticas que o agrupamento em questão lança mão para fazer valer seus diacríticos.

O histórico de relação dessa comunidade com o território, como será visto, passa por inúmeros conflitos entre quilombolas e fazendeiros vizinhos, sendo que o território hoje ocupado pelo quilombo conta-se de experiências articuladas com diversos atores que resultou num processo de recuperação de áreas degradadas por meio de práticas agroecológicas e estratégias de experimentação participativa com o apoio de instituições parceiras como o Centro Agroecológico Tamanduá (CAT), o Núcleo de Agroecologia e a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Sevilla-Guzmán e Soler (2010) propõem três dimensões no estudo da práxis agroecológica, considerando a Agroecologia enquanto uma área interdisciplinar do saber, sendo elas: (i) dimensão ecológica e técnico-produtiva; (ii) dimensão sociocultural e econômica e (iii) dimensão política. No caso do Quilombo Ilha Funda, a Agroecologia passou a cumprir papel fundamental enquanto força endógena na comunidade, por meio da implicação prática na construção de alternativas à globalização agroalimentar por meio de articulações com forças políticas locais e regionais.

Nesse sentido, o presente estudo visa a demonstrar, através da experiência do Quilombo Ilha Funda, como as práticas agroecológicas de seus membros, articuladas politicamente, são parte fundamental no processo de identificação da comunidade com seu território, e como tal conceito adquire um significado diferente do imposto pela forma territorial do "Estado-nação" (Little, 2018).

Metodologia

Os dados expostos por este artigo advêm de uma incursão empírica de inspiração antropológica a partir de uma relação engajada de parceria prévia com a comunidade. É importante dizer que essa estratégia metodológica é composta por diversas técnicas, das quais utilizamos a observação participante, a assessoria popular e o uso/produção de documentos coletivos com a comunidade, a serem adequadamente descritos (Gustin; Dias; Nicácio, 2020). Essa interlocução foi possível graças à inserção da comunidade no contexto político local, constituindo experiências no terceiro setor com a constituição de uma Organização Não



Governamental de ampla atuação no território, o Centro Agroecológico Tamanduá (CAT), criado e gerido por agricultoras e agricultores de diferentes comunidades camponesas, quilombolas, ribeirinhas e assentamentos de reforma agrária do Território Médio Rio Doce.

Através da intermediação do CAT e das ferramentas de pesquisa empírica, foi possível desenvolver uma interlocução de assessoria técnica e jurídica com a comunidade a partir de 2019, muito embora a comunidade se insira autonomamente como força política local desde 1988¹. Nesse sentido, fazendo uso de elementos etnografados, associado a conceitos expostos por autores como Paul Little, O'Dwyer, Toledo e Barrera-Bassols, Sevilla-Guzmán e Soler, desenhou-se uma estratégia metodológica que coloca em interlocução o ir e vir entre o campo conceitual e os imponderáveis da vida real no trato da relação da identidade quilombola de Ilha Funda.

Resultados e Discussão

O território do Médio Rio Doce, tal como aponta Salmen (2008), foi historicamente considerado enquanto uma "área proibida" pelo Estado brasileiro, sendo a sua ocupação feita de forma violenta e avassaladora, não só para o ambiente mas também para os povos que ali habitavam. Tal histórico territorial indica o "status" de "marginalização" atribuído às comunidades do território, desde o início da ocupação aqui realizada, até após o "evento crítico" (Gustin; Dias; Nicácio, 2020) do rompimento da barragem de rejeitos das mineradoras Samarco/Vale/BHP em 2015. O Quilombo Ilha Funda sofre direta e indiretamente com os efeitos econômicos e políticos do rompimento.

O Quilombo Ilha Funda, atualmente, comercializa uma variedade de produtos na Rede Tamanduá de Prossumidores Agroecológicos, um circuito curto de comercialização administrado pelo CAT, juntamente com o Núcleo de Agroecologia de Governador Valadares da Universidade Federal de Juiz de Fora - Governador Valadares (NAGÔ / UFJF-GV) e com a Cooperativa Regional de Economia Solidária da Agricultura Familiar Agroecológica (CRESAFA). Tal projeto visa a aproximação entre "prossumidores" e produtores agroecológicos da região por meio de um circuito curto de comercialização.

Atualmente, a agrobiodiversidade no quilombo é surpreendente, tendo em vista o contexto no qual a comunidade está inserida, onde a terra sofreu com a ação de fazendeiros vizinhos e com a água contaminada pelo crime de 2015. Com o processo de recuperação do solo e transição agroecológica, a comunidade trabalha com a produção familiar em sistemas agroflorestais e comercializa seus produtos por meio da Rede Tamanduá e da CRESAFA, mas também se sustenta por meio de seu próprio território. Dessa forma, a relação com a terra começa a adquirir outro sentido, saindo de uma mera relação de "subsistência" para uma relação fundamental na reprodução de suas práticas culturais (O'dwyer, 2008).

Nesse sentido, a expressão de territorialidade desse quilombo não reside em leis ou títulos tal como a racionalidade colonial e neoliberal estruturada e

¹ Data de constituição do CAT, cujas lideranças locais integram o quadro de associados fundadores.



instrumentalizada no Estado impõe, mas sim na memória coletiva desses agrupamentos, incorporando-se em práticas identitárias e simbólicas (Little, 2018). Barth (1969) vai chamar a atenção para como tais “marcadores da diferença” constituem elemento fundamental na construção da identidade desses grupos. Assim, é fato que a Agroecologia, construída através do diálogo político, representa uma tática utilizada pela comunidade de Ilha Funda como marcador da diferença, a fim de reivindicarem a identidade quilombola para continuar nos processos de territorialização (Oliveira, 1998).

E isso é perceptível ao circular pelo território de quilombola ou realizar o consumo dos produtos agroecológicos fornecidos pela comunidade, que no exercício dos direitos marca seus produtos com sua identidade. A comunidade conta com uma grande variedade agroecológica: café, banana, acerola, mamão, cacau, mandioca, arroz, feijão, milho, cana de açúcar, hortaliças etc.

Barrera e Bassols (2008) escrevem que o fenômeno da “diversidade” só foi possível devido à “permanência de uma memória individual e coletiva, que conseguiu estender-se pelas diferentes configurações societárias que formaram a espécie humana” (p.15)². Vê-se, então, como a existência de uma memória comunitária de relação com seu ambiente, a memória biocultural, é aspecto fundamental na construção da identidade quilombola e, como no caso de Ilha Funda, o processo político de construção da Agroecologia é peça chave na instituição dessa memória.

Conclusões

A partir de tal experiência, torna-se inegável o fato de que tais comunidades mantêm uma relação diferenciada com a terra, sendo essa relação marcada por diversos elementos diacríticos, marcadores da diferença. No caso de Ilha Funda, os membros do quilombo se veem identificados com o território, por valores simbólicos e suas memórias ancestrais e por meio de práticas agroecológicas, que foram mobilizadas politicamente no histórico da comunidade e que agora guiam os processos de identificação do grupo com a terra e seu território. Tais práticas foram articuladas por meio do diálogo político-institucional da comunidade com entidades como o CAT ou a CPT e passaram, assim, a fazer parte da identidade dos membros do quilombo. Dessa forma, a Agroecologia cumpre papel fundamental na vida da comunidade, fazendo parte de sua memória coletiva com a terra.

Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras de quilombos, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas. 2. ed. Manaus: PGSCA-UFAM, 2008

² Tradução própria.



BARTH, Fredrik. Introduction. In: BARTH, Fredrik (Ed.). *Ethnic groups and boundaries: the social organization of culture difference*. London: Universitets Forlaget, 1969. p. 9-38.

DAS, Veena. *Critical Events: An Anthropological Perspective on Contemporary India*. New Delhi: Oxford University Press. 1995. 230 pp.

GUSTIN, Miracy B. DE S.; DIAS, Maria T. F.; NICÁCIO, Camila S. (Re)pensando a **Pesquisa Jurídica: Teoria e Prática**. 5ª edição ed. [s.l.] Almedina, 2020.

LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Anuário Antropológico**, [S. l.], v. 28, n. 1, p. 251–290, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6871>. Acesso em: 29 jun. 2023.

O'DWYER, Eliane C. Terras de Quilombo no Brasil: direitos territoriais em construção. **Ariús – Revista de Ciências Humanas e Artes**, v. 14, n. 1/2, jan/dez., 2008, p. 9-16.

OLIVEIRA, João Pacheco (Org.). *Indigenismo e territorialização: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: **Contra Capa**, 1998.

SALMEN, Haruf Espindola. SERTÃO, TERRITÓRIO E FRONTEIRA: EXPANSÃO TERRITORIAL DE MINAS GERAIS NA DIREÇÃO DO LITORAL. **Fronteiras: Revista de História**, vol. 10, núm. 17, enero-junio, 2008, pp. 69-96, Universidade Federal da Grande Dourados;

SEVILLA-GUZMAN, Eduardo; SOLER, Marta. Agroecología y soberanía alimentaria: alternativas a la globalización agroalimentaria. **Patrimonio cultural en la nueva ruralidad andaluza, Sevilla**: Consejería de Cultura/Junta de Andalucía, v. 26. 2010. PH Cuadernos.

TOLEDO, Victor M.; BARREIRA-BASSOLS, Narciso. *La memória biocultural: la importância ecológica de las sabidurías tradicionales*. Barcelona: Icaria Editorial, 2008.